

Vetos Presidenciais

Um mapa sobre os riscos envolvendo a derrubada de vetos em assuntos estratégicos

Um dos primeiros impasses políticos a ser enfrentado pelo Congresso Nacional após a eleição dos novos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal será a análise e provável votação dos mais de 3.000 vetos presidenciais.

A PATRI mobilizou as equipes do Legislativo, Executivo e Judiciário/Regulatório e preparou, em uma análise conjunta, o mapa sobre os riscos envolvendo a eventual derrubada de cerca de 1.000 vetos, os mais importantes em assuntos estratégicos de interesses das empresas, como:

- TRIBUTAÇÃO
- SISTEMA FINANCEIRO
- MICROEMPRESAS
- MEIO AMBIENTE
- DEFESA DO CONSUMIDOR
- DEFESA DA CONCORRÊNCIA
- TELECOMUNICAÇÕES
- TRABALHISTA
- ENERGIA
- LOGÍSTICA
- PREVIDÊNCIA
- OUTROS ASSUNTOS

O problema surgiu, no final do ano passado, após o ministro do Supremo (STF) Luiz Fux suspender a votação do veto ao Projeto dos Royalties de Petróleo antes que os demais 3.000 vetos pendentes fossem analisados em ordem cronológica.



Alguns parlamentares se mobilizam para derrubar vetos polêmicos, entre eles os que se referem ao Código Florestal. O Poder Executivo já sinalizou que buscará acordo para que os vetos sejam mantidos, admitindo uma possível derrota quanto ao veto do projeto de distribuição dos Royalties de Petróleo. As bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo também se articulam para obstruir os trabalhos durante a sessão que venha a ser convocada para analisar e votar os vetos.

Um veto para ser derrubado precisa da maioria absoluta (41 senadores e 257 deputados) dos parlamentares, em votação secreta.

A sessão do Congresso Nacional que analisará os vetos estava prevista, inicialmente, para o dia 05/02/13, esta terça-feira. No entanto, a data precisa ser confirmada pelo novo presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB/AL). Calheiros poderá agendar uma nova data porque há um acordo para que no dia 05 (terça) seja realizada a sessão para votar o Orçamento Geral da União de 2013.

Há, portanto, a possibilidade de que a sessão de vetos só ocorra após o feriado do Carnaval. Segue o mapa dos vetos e dos assuntos:

Tributação

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|------------------------------|---|--|
| PLC 20/06 Administração Tributária Transformada na Lei: 11.457/07 | Dispõe sobre a Administração Tributária Federal, abrangendo as funções da Secretaria da Fazenda, da Procuradoria-Geral da Fazenda, parcelamento de débitos tributário, | 10/2007 (15 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Determina que o prazo de 360 dias para que seja proferida a decisão administrativa de petições, defesas ou recursos administrativos do contribuinte poderá ser prorrogado por 180 dias. Estabelece que haverá interrupção do prazo, pelo período máximo de 120 dias, quando necessária à produção de diligências administrativas, que deverá ser realizada no máximo em igual prazo, sob pena de seus resultados serem presumidos favoráveis ao contribuinte. (§§ 1º e 2º do art. 24) | Os processos demorarão mais tempo para serem julgados e haverá resistência da Fazenda em abrir diligência. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|-------------------------|--|---|
| PLC 70/02 Cobrança de ISS | Exclui da cobrança de ISS a confecção de impressos gráficos quando se destinar a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporado à outra mercadoria que deva ser objeto de circulação. Nesse caso, ficará sujeita a incidência de ICMS. | 04/2009 (Veto total) | <ul style="list-style-type: none"> Veto Total | Os impressos gráficos não serão tributados pelo ISS, e sim pelo ICMS. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|--------------------------------------|---|--|
| <p>PLV 2/09 (MP 449/08)</p> <p>Parcelamento de débitos tributários</p> <p>Transformada na Lei: 11.941/09</p> | <p>Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concede remissão, institui o Regime Tributário de Transição (RTT) e modifica a estrutura do Conselho de Contribuintes.</p> | <p>17/2009 (18 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Determina que o parcelamento dos débitos tributários será atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) ou 60% da SELIC. (§ 5º do art. 1º; Inciso IV do § 1º do art. 3º) Para fins de neutralidade tributária, estabelece que os métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, que trata da publicação de demonstrações financeiras, não produzirão efeitos para fins de regimes aduaneiros, ficando garantida a suspensão dos tributos nesses regimes, e para fins de imposto de renda, da CSLL, da COFINS e do PIS. (art. 22 e 23) Permite a aplicação da alíquota de 50% no cálculo do crédito presumido oriundo das aquisições de insumos de origem vegetal e animal para a produção carnes e miudezas comestíveis, leite e laticínios; e das misturas ou preparações de gorduras ou óleos animais e vegetais, destinados à alimentação humana ou animal ou fabricação de biodiesel. (art. 41) Possibilita a transferência para pessoas jurídicas controladoras, controladas ou coligadas dos saldos de créditos não-cumulativos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, anteriormente apurados e que não puderam ser objeto de dedução dos valores devidos mensalmente. (art. 42 a 44) | <p>Os dispositivos vetados excluiriam a cobrança de multas de mora e de ofício, juros de mora e do encargo legal. Além disso, diminuiria o índice de atualização das dívidas tributárias, uma vez que tanto a TJLP quanto a SELIC são índices inferiores aos normalmente utilizados para a cobrança dos créditos da União. A derrubada do veto dos art. 22 e 23 permitiria isenção tributária nos casos citados. Quanto ao art. 41, ele permitiria o aproveitamento do crédito presumido para produção de óleo vegetal, biodiesel e alimentos, o que hoje não é permitido. Quanto ao art. 42 a 44, as empresas poderiam aumentar o crédito a ser restituído.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|--|---|---|
| <p>PLV 4/09 (MP 451/08)</p> <p>Tributação e incentivos</p> <p><i>Transformada na Lei: 11.945/09</i></p> | <p>Altera, em diversos pontos, a legislação tributária federal. Dentre as principais inovações, destacam-se: Registro Especial para empresas que operam com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos; incentivo a programas de estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços; dispensa de verificação de regularidade fiscal para contratação de operações de crédito das instituições financeiras públicas; desoneração das transferências de créditos de ICMS originados de operações de exportações; extensão da legislação tributária aplicável à Zona Franca de Manaus às Áreas de Livre Comércio (relativos ao PIS/COFINS); modificação da tributação do PIS/COFINS sobre bebidas “frias”; drawback na aquisição de insumos utilizados em produtos destinados à exportação; ampliação do prazo dos contratos de leasing contemplados com desoneração do Imposto de Renda na Retido na Fonte (IRRF) sobre a remessa para o exterior do valor das contraprestações.</p> | <p>19/2009 (02 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estende por mais 120 dias, a partir da publicação da lei, prazo para apresentação da Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF-Papel Imune), pelos fabricantes, distribuidores, importadores, empresas jornalísticas ou editoras e gráficas. (art. 3º) ▪ Estende por mais 180 dias, a partir da publicação da lei, prazo para as empresas titulares de projeto aprovado pela SUDENE e SUDAM, que tenham obtido o Certificado de Empreendimento Implantado (CEI), manifestarem suas preferências em relação à parte ou à totalidade das debêntures vincendas, conversíveis e não-conversíveis. (art. 27) | <p>Não será cobrada multa pelo atraso nos dois casos.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|-------------------------------------|---|---|
| <p>PLV 23/11 Insenção Fiscal</p> <p><i>Transformada na Lei: 12.507/2011</i></p> | <p>Reduz à zero a alíquota de COFINS e PIS/Pasep dos Tablets PC produzidos no país. Eleva de 4,6% para 5,6% o crédito relativo da COFINS, no que se refere aos Tablets PC; Prorroga o prazo da isenção do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre, até o dia 8 de janeiro de 2017; e Determina que o ato de ZPE caducará no prazo de 24 meses, caso a administradora não tenha iniciado as obras de implantação.</p> | <p>29/2011 (01 dispositivo)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Estabelece o dia 20/05/2011 como data para redução a 0 (zero) das alíquotas de PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de Tablets PC produzidos nacionalmente e classificados na subposição 8471.41 da TIPI. | <p>Ganho de tempo quanto ao benefício fiscal para os Tablets PC.</p> |
| <p>MP 447/08</p> <p>Prazo para recolhimento de tributos federais</p> <p><i>Transformada na Lei: 11.933/09</i></p> | <p>Altera o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais que especifica, reduz a base de cálculo da contribuição do produtor rural na venda dos produtos que especifica e efetua ajustes na tributação do cigarro; e dá outras providências.</p> | <p>14/2009 (1 dispositivo)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Exclui da base de cálculo da contribuição do empregador rural pessoa física e do segurado especial: a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento; o produto animal destinado a reprodução ou criação pecuária ou granjeira e a sua utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e por quem a utilize diretamente com essas finalidades; e, no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento se dedique ao comércio de sementes e mudas no País. (art. 6) | <p>O produtor rural pessoa física terá benefícios que o produtor rural pessoa jurídica não tem.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|--------------------------------------|---|--|
| <p>PLV 13/11 (MP 517/10)</p> <p>Imposto de Renda / AFRMM / Renuclear / Banda Larga</p> <p>Transformada na Lei: 12.431/11</p> | <p>Promove alterações na legislação tributária, no setor de infraestrutura e na economia de recursos públicos.</p> | <p>16/2011 (17 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Altera o limite do valor do faturamento para dispensa da publicação da íntegra das demonstrações financeiras. (art. 289 e 289-A da Lei 6.404/76) Autoriza a ANP de ser indenizada pelo licitante vencedor da chamada pública pelos estudos, projetos e licenciamentos do gasoduto para serem utilizados em licitação de concessão. (§§ 1º e 2º do art. 6º da Lei 11.909/09) Considera as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) como dívida pública federal, para fins de garantia da dação em pagamento e novação, para quitação de débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais e os débitos de qualquer natureza, tributários ou não tributários, com a Procuradoria-Geral Federal. | <p>Somente as companhias de grande porte publicarão suas demonstrações financeiras.</p> <p>A indenização à ANP pelos estudos realizados tornará a licitação mais onerosa para o vencedor.</p> <p>Favorece os devedores em detrimento da Administração Pública ao considerar o valor de face das dívidas do FCVS.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|--------------------------------------|---|--|
| <p>PLC 77/11</p> <p>Tributação MPE</p> <p>Transformada na Lei Complementar: 139/11</p> | <p>Atualiza os limites de receita bruta anual para enquadramento das empresas nos benefícios tributários previstos na Lei Complementar 123/06, Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.</p> | <p>30/2011 (05 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Determina que todas as presunções de omissão de receita da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional serão estabelecidas em ato do Comitê Gestor do Simples Nacional. (art. 34) A redução no montante a ser recolhido do Simples Nacional relativo aos valores das receitas decorrentes da exportação de mercadorias para o exterior corresponderá somente à Cofins, PIS e ICMS, no caso de revenda de mercadorias e Cofins, PIS, ICMS e IPI sobre a venda de mercadorias industrializadas. (art. 2º) | <p>Permitirá que o Comitê Gestor interfira diretamente na determinação da base de cálculo tributária da micro e pequena empresa.</p> <p>Não será possível a dedução dos percentuais incidentes sobre a receita bruta relativos ao PIS, Cofins, IPI e ao ICMS nas hipóteses de substituição tributária, tributação monofásica ou antecipação do ICMS quando da venda de mercadorias no território nacional.</p> |
| <p>PLV 29/11 (MP 540/11)</p> <p>REINTEGRA</p> <p>Transformada na Lei: 12.546/11</p> | <p>Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as empresas Exportadoras (REINTEGRA). Desonera a folha de pagamentos das empresas que prestam serviços de Tecnologia da Informação (TI), Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), bem como das indústrias moveleiras, confecções, calçados e artefatos de couro. Elimina gradualmente o prazo para a apropriação dos créditos do PIS/PASEP e COFINS na hipótese da aquisição no mercado interno ou importação de máquinas e equipamentos destinados à produção de bens e prestação de serviços.</p> | <p>35/2011 (07 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Autorizada, até 30 de junho de 2014, a aplicação de recursos do FI-FGTS em projetos, entre outros, de hotelaria e comércio, associados à Copa do Mundo Fifa de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016 nas cidades-sedes desses eventos, que sejam necessários para garantir a realização dos eventos. (art. 46) | <p>Os empreendimentos para a Copa e Jogos Olímpicos ganhariam mais uma linha de crédito.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|---------------------------------|---|---|
| PLV 28/11 (MP 541/11) Plano Brasil Maior <i>Transformada na</i> <i>Lei: 12.545/11</i> | Dispõe sobre investimentos, inovação e financiamento às exportações. | 34/2011 (04 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Estabelece que 50% dos recursos do Fundo de Financiamento de Exportação (FFEX) serão direcionados ao financiamento das exportações de micro e pequenas empresas. (§§ 2º e 3º do art. 3º) | Haverá vinculação dos recursos do FFEX para micro e pequenas empresas. |
| PLV 19/11 (MP 564/12) Plano Brasil Maior <i>Transformada na</i> <i>Lei: 12.712/11</i> | Amplia crédito ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para financiar projetos de investimento destinados à constituição de capacidade tecnológica e produtiva em setores de alta intensidade de conhecimento e engenharia; financiar empresas fabricantes de equipamentos de informática e de comunicações, de transformados plásticos, de fertilizantes e defensivos agrícolas, de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico, entre outros; financiar exportações indiretas exportação indireta, para fins de acesso a linhas externas de crédito comercial, ou seja, a venda de insumos que integrem o processo produtivo, o de montagem e o de embalagem de mercadorias destinadas à exportação. Prorroga a vigência da SUDAM e da SUDENE até 31 de dezembro de 2018, permitindo a depreciação acelerada incentivada. | 33/2012 (05 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Permite a fruição dos benefícios da SUDAM e da SUDENE à pessoa jurídica ainda que o respectivo laudo constitutivo tenha sido concedido para projetos implantados em local diferente daquele objeto do novo investimento. (art. 12) Determina que será uma das finalidades do Fundo de Garantia à Exportação assegurar a adimplência de operações com contratos de liquidação a termo realizadas. (Inciso V do art. 27) | <p>Será permitido um mesmo laudo para projetos localizados em diferentes áreas.</p> <p>Será oferecida maior proteção contra variações de preço de mercadorias, moedas ou outros fatores de risco de mercado relacionados ao bem exportado ou à operação de financiamento à exportação</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--|---|--|
| <p>PLV 18/11 (MP 563/12)</p> <p>Plano Brasil Maior</p> <p>Transformada na Lei: 12.712/11</p> | <p>Amplia incentivos fiscais, institui regimes especiais de tributação, e promove desoneração da folha de pagamentos para setores da indústria, dentro do Plano Brasil Maior.</p> | <p>34/2012 (77 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelece que os valores correspondentes às taxas de fiscalização do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações devidos por prestadora de serviços de telecomunicações poderão ser compensados por crédito gerado a partir da execução de projetos, até 31 de dezembro de 2018. (art. 34) ▪ Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo dos produtos alimentares que compõem a Cesta Básica Nacional. (art. 53 e art. 77) ▪ Desonera a folha de pagamentos dos setores produtores de aves vivas; carnes e miudezas comestíveis de aves; suínos vivos; milho; farinhas, sêmolos e pós; soja; farinhas de sementes ou de frutos oleaginosos; palhas e cascas de cereais; gorduras e óleos animais ou vegetais; farinhas, pós e pellets, de carnes, de miudezas; tortas e outros resíduos sólidos, da extração do óleo de soja e de gorduras ou óleos vegetais; outras preparações para a alimentação animal. (art. 55 e anexo) | <p>As empresas de Telecom poderão usar o dinheiro pago para fiscalização das Telecomunicações para aplicação em novos projetos, com prazo dilatado até 2018.</p> <p>Os produtos da cesta básica ficarão isentos do PIS e da Cofins.</p> <p>Com a desoneração da folha, as empresas pagarão impostos sobre a receita bruta e não sobre a folha de pagamentos.</p> <p>O direito de aproveitamento do crédito presumido sobre produtos isentos será restabelecido.</p> <p>A migração permitirá melhor aproveitamento do crédito presumido.</p> <p>A criação de novos conceitos próprios pode levar à insegurança jurídica, uma vez que o Código tributário já define o que é receita bruta.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--|--|--|
| <p>PLV 18/11 (MP 563/12)</p> <p>Plano Brasil Maior</p> <p><i>Continuação...</i></p> | <p>Amplia incentivos fiscais, institui regimes especiais de tributação, e promove desoneração da folha de pagamentos para setores da indústria, dentro do Plano Brasil Maior.</p> | <p>34/2012 (77 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Permite, durante os períodos de apuração compreendidos entre 1º de dezembro de 2011 e 31 de maio de 2012, o aproveitamento do crédito presumido das pessoas jurídicas produtoras de insumos de origem vegetal ou animal utilizados para a produção de carnes, peixes e crustáceos, leite e laticínios, ovos, mel, e misturas ou preparações de gorduras ou de óleos animais ou vegetais, destinados à alimentação humana ou animal, quando o bem adquirido ou recebido, for empregado em produtos sobre os quais não incidam a Contribuição para o PIS e a Cofins, ou que estejam sujeitos a isenção, alíquota zero ou suspensão da exigência dessas contribuições. (art. 75) Reduz a zero a alíquota do PIS e da Cofins incidentes sobre farinha de trigo. (inciso IV do art. 79) Estabelece que a empresa titular de empreendimento industrial na área da SUDAM e da SUDENE beneficiária do crédito presumido de IPI de que trata a Lei 9.826/99, poderá renunciar a esse benefício e optar por apurar crédito presumido nos termos estabelecidos pelos arts. II-A e II-B da Lei 9.440/97. (art. 45) | <p>A inclusão do PRONON e do PNAS/PDC no limite de doações e patrocínios que podem ser deduzidos do IRPJ podem inibir as doações para o setor cultural e para os programas.</p> <p>A nova forma de cálculo da CFEM proposta pelo PLV aumentaria a tributação do setor.</p> <p>Quanto à consulta em bancos de dados, o artigo vetado altera Lei 12.414/11 para retirar o consulente da responsabilidade pelo dano moral causado ao cadastrado. Dessa forma, ele passaria a não ter responsabilidade se fizer a consulta sobre o adimplemento do cadastrado.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--|---|---|
| <p>PLV 18/11 (MP 563/12)</p> <p>Plano Brasil Maior</p> <p><i>Continuação...</i></p> | <p>Amplia incentivos fiscais, institui regimes especiais de tributação, e promove desoneração da folha de pagamentos para setores da indústria, dentro do Plano Brasil Maior.</p> | <p>34/2012 (77 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Para fins da desoneração da folha, conceitua como a receita bruta o valor percebido na venda de bens e serviços nas operações de conta própria ou alheia, bem como o ingresso de qualquer outra natureza auferido pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou de sua classificação contábil, sendo também irrelevante o tipo de atividade exercida pela pessoa jurídica. (art. 55) Inclui as doações e patrocínios para o PRONON e PRONAS/PCD nos limites de dedução já existentes para as doações e patrocínios de atividades culturais. (art. 4º) Extensão do uso do Método do Preço sob Cotação na Exportação (PECEX) como forma de apuração da base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). (art. 50) Determina que somente o banco de dados e a fonte são responsáveis objetiva e solidariamente pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado. (art. 72) | <p>O cômputo da receita pela venda de programas de computador como outras atividades atribui outro cálculo para fim de desoneração da folha. Ao invés do cálculo de determinado percentual sobre a receita bruta, ele é calculado da seguinte forma: razão entre a receita com outras atividades e receita bruta total, menos 20% sobre a remuneração bruta pagas aos funcionários.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|--|---|---|
| <p>PLV 18/11 (MP 563/12)</p> <p>Plano Brasil Maior</p> <p><i>Continuação...</i></p> | <p>Amplia incentivos fiscais, institui regimes especiais de tributação, e promove desoneração da folha de pagamentos para setores da indústria, dentro do Plano Brasil Maior.</p> | <p>34/2012 (77 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Para fins da desoneração da folha das empresas prestadoras de serviço de TI e TIC, estabelece que a receita bruta decorrente das atividades de representante, distribuidor ou revendedor de programas de computador será computada dentre as receitas com outras atividades. (art. 55) Dispõe sobre a destinação de mercadorias abandonadas, entregues à Fazenda Nacional ou objeto de pena de perdimento. | <p>A autorização para que a Administração Pública dê destinação a mercadorias abandonadas de modo contrário ao disposto em decisão judicial pode gerar insegurança jurídica.</p> |
| <p>PLV 12/09 (MP 460/09)</p> <p>MP do programa Minha Casa Minha Vida</p> <p><i>Transformada na Lei: 12.024/09</i></p> | <p>Concede benefícios fiscais para as construtoras que participam do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Permite que as empresas exportadoras contribuintes possam regularizar seus débitos junto à Fazenda Nacional, além de reconhecer o direito ao crédito de IPI apurado por essas empresas.</p> | <p>41/2009 (90 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Isonção das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a importação de produtos como cadeiras de rodas, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. (Artigo 17 da Lei 12024/09) Prevê as condições para reconhecimento e restituição de crédito-prêmio de IPI. (Artigos 23 a 30 da Lei 12.024/09) | <p>Promove a redução da carga tributária incidente sobre a importação de produtos hospitalares que auxiliam a locomoção.</p> <p>Em relação ao crédito prêmio de IPI, a matéria seria considerada inconstitucional pelo STF que já proferiu decisão entendendo que o crédito-prêmio do IPI está extinto desde outubro de 1990.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|--|---|--|
| <p>PLV 1/10 (MP 472/09) (MP do programa Um Computador por Aluno)</p> <p>Transformado na Lei: 12.249/10</p> | <p>Institui regimes especiais para as indústrias petroquímica e aeronáutica (REPENEC), para compra de computadores educacionais e prevê a criação da Letra Financeira e uma nova regulamentação da Taxa de Fiscalização do mercado de seguros. A MP altera a legislação tributária federal para: (i) fixar alíquota zero de IR sobre pagamentos de serviços vinculados aos processos de avaliação da conformidade; (ii) dispor sobre regras aplicáveis nas operações de endividamento com pessoa física ou jurídica, vinculada ou não, no exterior; (iii) prorrogar a suspensão do PIS/COFINS na aquisição de bens para o ativo imobilizado; e (iv) instituir multa de ofício pela não-homologação de compensação tributária.</p> | <p>11/2010 (52 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Inclui no regime especial as obras de infraestrutura no setor de indústria naval, para a construção de navios, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo. (§ 5 do artigo 2º da Lei 12.249/10) Mantém a incidência do IPI para aquisição de bens de informática e automação, que tenham similar nacional, para as empresas beneficiárias do REPENEC. (§ 5 do artigo 3º da Lei 12.249/10) Permite o uso de precatórios de titularidade do próprio devedor ou de pessoa jurídica do mesmo grupo econômico para amortizar o saldo devedor da dívida do PAES e do PAEX. (Art. 66 da Lei 12.249/10) Prevê a possibilidade de desconto de 100% dos multas de mora para as pessoas jurídicas que optarem por quitar em parcela única os débitos tributários que haviam sido parcelados. (Art. 80 da Lei 12.249/10) Estabelece o direito de recebimento de 10% do montante de crédito-prêmio de IPI às pessoas jurídicas que desistirem do litígio contra a União para recebimento do incentivo fiscal que tenha sido aplicado sobre o valor das exportações realizadas até 5 de outubro de 1990. (Art. 129 da Lei 12.249/10) | <p>Promove a redução da carga tributária incidente sobre o setor de indústria naval e de produção de petróleo.</p> <p>Promove o incentivo econômico ao setor nacional de bens de informática e automação.</p> <p>Permite a alternativa de utilizar precatórios na liquidação de dívidas tributárias.</p> <p>Permite o desconto para a quitação de dívidas tributárias que haviam sido parceladas.</p> <p>Assegura o recebimento do crédito-prêmio de IPI aos exportadores que ainda não tiveram a conclusão do processo.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--|--|---|
| <p>PLV 11/10 (MP 497/10) (MP da Copa)</p> <p><i>Transformado na Lei: 12.350/10</i></p> | <p>Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas, dentre outras providências; altera a legislação do Imposto de Renda.</p> | <p>38/2010 (04 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Estende os benefícios fiscais previstos no Recopa aos estádios de apoio, para treinamento das seleções, localizados em cidades-sedes selecionadas pela Fifa. (§ 4º do artigo 18 da Lei 12.350/10) Altera a legislação do Imposto de Renda para determinar que quaisquer rendimentos, quando correspondentes a anos-calendários anteriores ao do recebimento, devem ser tributados exclusivamente na fonte, no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês. O dispositivo vetado prevê excessão aos créditos tributários que tenham sido extintos por decadência ou prescrição. (Art. § 8º do art. 12-A da Lei nº 7713/88, com a redação dada pelo art. 44 do projeto) Estabelece que não faz parte da base de cálculo do Imposto de Renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) a parcela equivalente à redução do valor das multas, juros e encargo legal em decorrência do parcelamento de débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais e os débitos de qualquer natureza, tributários ou não tributários, com a Procuradoria-Geral Federal. (Art. 61 da Lei 12.350/10) | <p>Permite que os estádios de apoio aos jogos e eventos da Copa de 2014 também recebam os incentivos fiscais concedidos pelo Recopa para construção, ampliação, reforma ou modernização.</p> <p>A aplicação retroativa da norma tributária pode gerar insegurança jurídica, uma vez que o Código Tributário Nacional, prevê que o lançamento tributário deve ser feito na data da ocorrência do fato gerador da obrigação.</p> <p>Promove a desoneração tributária em favor de devedores cujos débitos tenham sido parcelados com redução de multas, juros e encargos, por meio da retirada do valor das parcelas da base de cálculo do montante do tributo a ser pago.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|--------------------------------------|--|---|
| <p>PLV 16/10 (MP 499/10) (MP que altera o quadro funcional do Ministério da Defesa)</p> <p><i>Transformado na Lei: 12.375/10</i></p> | <p>Concede crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) às empresas que usarem artigos recicláveis adquiridos diretamente de cooperativas de catadores como matérias-primas na fabricação dos seus produtos. Inclui dispositivo que altera a Lei sobre a comercialização de energia elétrica para estabelecer que o poder concedente poderá autorizar alterações técnicas de empreendimentos de geração, inclusive quanto à troca de combustível. Altera a Lei que trata sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Concede benefícios fiscais a projetos audiovisuais cinematográficos. Permite a amortização de dívidas mediante a utilização de precatórios federais de titularidade do próprio devedor ou do mesmo grupo econômico.</p> | <p>41/2010 (08 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Permite a utilização de prejuízo fiscal acumulado como forma de pagamento para os débitos administrados pelas autarquias e fundações públicas federais e os débitos de qualquer natureza, tributários ou não tributários, com a Procuradoria-Geral Federal. (Art. 10 da Lei 12.375/10) | <p>Estabelece uma alternativa para o pagamento de dívidas que tenham recebido o benefício de redução de multas, juros e encargos legais, permitindo a utilização de prejuízo fiscal acumulado para pagamento do débito.</p> |
| <p>PLV 15/10 (MP 501/10) (MP do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies).</p> <p><i>Transformado na Lei: 12.385/11</i></p> | <p>Dispõe sobre crédito para exportadores, legislação tributária e leilões de energia.</p> | <p>7/2011 (04 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Permite a subvenção econômica às operações de financiamento para aquisição de bens associados à implantação de empreendimentos de geração renovável ou transmissão de energia elétrica por sociedades empresariais. (Inciso II do § 1º do artigo 10 da Lei 12.385/11) | <p>Promove o benefício fiscal ao setor elétrico, principalmente para a geração de energia renovável.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--------------------------------------|--|---|
| <p>PLV 15/09 (MP 465/09)</p> <p>MP de socorro às Indústrias de bens de capital)</p> <p><i>Transformada na Lei: 12.096/09</i></p> | <p>Autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.</p> | <p>53/2009 (1 dispositivo)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Isenção das alíquotas de PIS/Cofins incidentes sobre a importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo, cultura, colheita ou debulha de produtos agrícolas (Inciso XVII, do Artigo 1º da Lei 10.925/04, na forma do artigo 5º da Lei 12.096/09) | <p>Promove a redução da carga tributária incidente sobre a importação de máquinas agrícolas.</p> |
| <p>PLV 13/09 (MP 462/09)</p> <p>Apoio financeiro</p> <p><i>Transformada na Lei: 12.058 de 2009</i></p> | <p>Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais.</p> | <p>48/2009 (47 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre celebração de convênio entre Estado/Município e portos alfandegados, nos quais existam carreira própria de guarda portuária ou entidades públicas responsáveis pela autuação das infrações (art. 7º-A da Lei nº 9.503/1997) Determina que não integram a base de cálculo da contribuição do empregador rural atividades destinadas ao plantio ou reflorestamento nem o produto animal destinado à reprodução ou à criação pecuária ou granjeira e à utilização como cobaias para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e quem a utilize diretamente com essas finalidades, e, no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade que, registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, se dedique ao comércio de sementes e mudas no País (art.12 da Lei 8.212/91). | <p>O texto poderá dar margem à interpretação equivocada de que Estados e Municípios poderão legislar sobre trânsito portuário, sendo que esta matéria é privativa da União.</p> <p>Passarão a integrar a base de cálculo dos empregadores rurais também atividades destinadas à reprodução pecuária ou granjeira, o uso como cobaias para fins de pesquisas científicas e comércio de sementes e mudas no País. No entanto, o texto não apresenta a fonte de custeio para compensar a redução da base-de-cálculo da contribuição.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--|---|--|
| <p>PLV 13/09 (MP 462/09)</p> <p>Apoio financeiro</p> <p>Continuação...</p> | <p>Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais.</p> | <p>48/09 (47 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Despesa do empregador com a contratação e plano de saúde para seus empregados, não terá natureza salarial, não será base de incidência de fator previdenciário, do FGTS, nem configurará como rendimento tributável ao trabalhador (art. 18 da Lei 12.058 de 2009) Institui a possibilidade da apuração de um crédito não-cumulativo presumido da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social quando da aquisição de produtos de origem vegetal ou animal para produção de biodiesel (art. 8º da Lei 10.925 de 2004) Amplia os recursos disponíveis para o Fundo da Marinha Mercante, aumentando de 41 para 77% do AFRMM gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação não estiver inscrita no REB; e de 8 para 47% do AFRMM que tenha gerado na navegação de longo curso, quando a embarcação estiver inscrita no REB; atribui prioridade às empresas de navegação (art. 17 da Lei 10.893 de 2004) | <p>A contratação de planos de saúde exclusivos e a custos indeterminados, com custeio parcial, passarão a ser permitidos através de renúncia fiscal. Órgãos arrecadatários e de controle poderão enfrentar dificuldades de fiscalização em função da generalidade do dispositivo.</p> <p>A sistemática de apuração de crédito presumido será estendida para matérias-primas de origem vegetal destinadas à fabricação de biodiesel.</p> <p>O Fundo da Marinha Mercante passará a ter mais recursos disponíveis, porém não necessariamente mais recursos serão repassados às empresas de navegação, já que serão priorizados reparos e atendimentos à crescente demanda do setor em meio a financiamentos planejados.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--|--|--|
| <p>PLV 13/09 (MP 462/09)</p> <p>Apoio financeiro</p> <p>Continuação...</p> | <p>Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federados que recebem recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), no exercício de 2009, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais.</p> | <p>48/2009 (47 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Estabelece que poderão ser pagos ou parcelados os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal setorial e os oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários com incidência de alíquota zero ou como não tributados. Pessoas jurídicas optantes pelo pagamento o parcelamento poderão liquidar valores dos débitos com a utilização de prejuízo fiscal. Assegura aos contribuintes que realizam a apuração do imposto de renda, o direito à apuração de balanço especial a ser levantado para a adesão do parcelamento os débitos decorrentes do aproveitamento indevido do incentivo fiscal (art. 40 da Lei 11.941 de 2009) | <p>Poderá acarretar intepretações divergentes por trazer discussões sobre aproveitamento do crédito-prêmio sendo que o objetivo é justamente estacar discussões sobre este benefício. Além disso, insegurança jurídica poderá ser gerada por não definir o que seria o “balanço especial” e seu objetivo, ensejando inclusive o entendimento de que seria possível a geração de prejuízos para a quitação do parcelamento.</p> |



Sistema financeiro

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|-----------------------------|--|--|
| PLV 29/08 (MP 442/08 - MP da Crise) Transformada na Lei: 11.882/08 | Estabelece que o Conselho Monetário Nacional (CMN) poderá criar critérios e condições especiais de avaliação e aceitação de ativos recebidos pelo Banco Central em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira para assegurar liquidez do mercado financeiro. | 51/2008 (01 dispositivo) | <ul style="list-style-type: none"> Em operações de redesconto em moeda nacional ou em garantia de operações de empréstimo em moeda estrangeira, após 90 dias de inadimplemento, aplicam-se a responsabilidade solidária dos controladores de instituições financeiras com os ex-administradores da instituição pelas obrigações por esta assumidas, as pessoas naturais ou jurídicas que com ela mantenham vínculo de controle, independentemente da apuração de dolo ou culpa, e indisponibilidade dos bens das pessoas, naturais ou jurídicas, que detenham o controle, direto ou indireto das instituições submetidas aos regimes de intervenção, liquidação extrajudicial ou administração especial temporária. | A legislação atual prevê a responsabilização imediata para o caso do inadimplemento. O prazo de 90 dias pode gerar insegurança jurídica, uma vez que não revoga a legislação anterior. |

Microempresa

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|----------------------------|---|---|
| PLC 18/11 Dívida da EIRELI Transformada na Lei: 12.441/11 | Dívida da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI). | 18/2011 (1 dispositivo) | <ul style="list-style-type: none"> Somente o patrimônio social da empresa poderá responder pelas dívidas da EIRELI, não se confundindo em qualquer situação com o patrimônio da pessoa natural que a constitui. (§ 4º do art. 980-A da Lei 12.441/10). | Haverá separação de patrimônio da empresa para responder pelas dívidas. |



Meio Ambiente

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|------------------------------|--|---|
| PLC 62/05 (Gestão de Florestas Públicas) <i>Transformada na Lei: 11.284/2006</i> | Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para produção sustentável | 04/2006 (13 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Subordinação das ações do Serviço Florestal Brasileiro às decisões de um Conselho Gestor composto por diversos órgãos do governo Determinação para que o Plano Anual de Outorga Florestal seja aprovado pelo Congresso Nacional | Criação de um conselho que retiraria do Ministério do Meio Ambiente o controle sobre as decisões do Serviço Florestal Brasileiro. |
| PLC 107/03 Mata Atlântica <i>Transformada na Lei: 11.428/2006</i> | Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica | 30/2006 (48 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Indenização por toda e qualquer restrição imposta pela lei de preservação da Mata Atlântica aos proprietários de terra Estabelecimento de prazos mais dilatados para o pagamento de débitos agrícolas por proprietários de terras que promovam a recuperação da mata nativa | Indenização dos proprietários de terras na Mata Atlântica por restrições ambientais de uso em suas propriedades. |
| PLC 60/04 SUDAM <i>Transformada na Lei Complementar: 124/2007</i> | Institui a SUDAM | 01/2007 (11 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Determinação de que os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros para Amazônia sejam mantidos enquanto o PIB per capita da região for equivalente a pelo menos 90% do PIB per capita do país | A vinculação dos programas de incentivos para Amazônia a um índice de desenvolvimento geraria mais segurança para investimentos, tendo em vista discricionariedade que hoje existe na concessão dessa forma de incentivo. |
| PLC 59/04 SUDENE <i>Transformada na Lei Complementar: 125/2007</i> | Institui a SUDENE | 02/2007 (18 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Fixação dos percentuais de redução do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica para empresas instaladas na área da SUDENE em patamares mais altos e por tempo indeterminado | A ampliação da renúncia fiscal teria efeitos sobre o conjunto de incentivos positivos para a indústrias na região. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|------------------------------|---|--|
| PLV 09/09 Regularização Fundiária Transformada na Lei Complementar: 11.952/2009 | Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal | 21/2009 (04 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Ampliação do tamanho das propriedades rurais passíveis de regularização, passando a alcançar imóveis de até 15 módulos fcais | O aumento no tamanho da área dos imóveis passíveis de regularização permite que grandes porções de terra de propriedade da União sejam vendidas |
| PLC 283/09 Mudança do Clima Transformada na Lei: 12.187/2009 | Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima | 69/2009 (13 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Fixação do paulatino abandono do uso de fontes energéticas que utilizem combustíveis fósseis como um dos objetivos da política Substituição gradativa dos combustíveis fósseis e aumento progressivo das energias renováveis na matriz energética brasileira por meio das seguintes medidas: aumento gradativo da participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos; o incentivo à produção de biodiesel; o estímulo à produção de energia a partir das fontes solar, eólica, termal, da biomassa e da co-geração; o tratamento tributário diferenciado dos equipamentos destinados à geração de energia por fontes renováveis. | A fixação de uma meta ligada ao abandono progressivo dos combustíveis fósseis na matriz energética nacional permite a formulação de políticas de estímulo às fontes alternativas e desestímulo ao petróleo pelo governo. |
| PLC 30/11 Código Florestal Transformada na Lei: 12.651/2012 | Institui o Novo Código Florestal Brasileiro | 30/2006 (35 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Alteração do conceito de pousio, flexibilizando a manutenção da terra em situação não produtiva Previsão de necessidade de investimentos de empresas de geração hidrelétrica Anistia de multas aos produtores rurais que ocuparam áreas de preservação permanente e de reserva legal até 2 de julho de 2008 | Proprietários que ocuparam áreas protegidas não seriam considerados culpados por infrações ambientais ligadas a essas condutas |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|-----------------------------|--|--|
| PLV 21/12 Código Florestal Transformada na Medida Provisória: <u>12.727/2012</u> | Altera o Novo Código Florestal Brasileiro | 37/2012 (9 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Permissão para a conversão de novas áreas de exploração nas propriedades com mais de 50% de seus limites ocupados por área de preservação permanente, fora da Amazônia, que desejam fazer o cômputo da área de preservação permanente na faixa de reserva legal ▪ Estabelecimento de um prazo de apenas 20 dias para que os proprietários de terra que cometeram infrações se regularizem ▪ Permissão para que a recomposição das áreas de preservação permanente seja feita com árvores frutíferas exóticas apenas ▪ Redução da faixa da área de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais intermitentes | Redução da faixa de proteção definida pela legislação nas propriedades rurais e flexibilização do processo de recomposição das áreas de preservação permanente |

Defesa do consumidor

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|-------------------------|--|--|
| PLS 263/04 Cadastro Positivo | Altera o Código de Defesa do Consumidor para determinar que nos casos de concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor do serviço deverá informar, ao Sistema de Proteção ao Crédito, sobre o adimplemento das obrigações pelo consumidor para formação de cadastro positivo. | 40/2010 (Veto Total) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Veto Total | Banco e instituições financeiras passarão a ter a obrigação de criar um cadastro positivo dos consumidores que contratarem o serviço de financiamento. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|------------------------------|---|---|
| MP 518/10 Cadastro Positivo <i>Transformada na Lei: 12.414/11</i> | Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. | 14/2011 (03 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Impede o compartilhamento de informações de adimplemento entre os bancos de dados sem autorização expressa do cadastrado; Garante ao cadastrado, a qualquer tempo; o direito de cancelar seu cadastro e eliminar as informações a ele referentes; Garante ao cadastrado o acesso gratuito às informações. | O dispositivo impedirá que o cadastrado possa, a qualquer tempo, cancelar seu cadastro, poderá violar a privacidade, o caráter voluntário do cadastro positivo e impedir o livre acesso de todo cidadão às suas próprias informações. |
| PLC 138/09 (Defesa do Consumidor) <i>Transformada na Lei: 12.291/10</i> | Torna obrigatória a manutenção de exemplar do Código de Defesa do Consumidor nos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. | 23/2010 (02 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Os estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, que não manterem, em local visível e de fácil acesso ao público 1 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor, poderão i) ser penalizados com suspensão temporária da atividade e ii) cassação da licença do estabelecimento. | A matéria poderá ser judicializada, pois o Código de Defesa do Consumidor restringe a aplicação das penas de suspensão temporária da atividade e de cassação de licença somente para as infrações de maior gravidade e, ainda, apenas quando houver reincidência. |

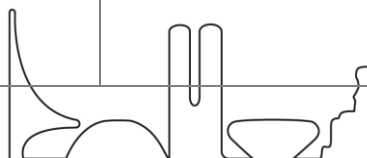


Defesa da concorrência

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|--------------------------------------|--|---|
| <p>PLC 06/2009 (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência)</p> <p><i>Transformada na Lei: 12.529/2011</i></p> | <p>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.</p> | <p>33/2011 (10 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O descumprimento dos prazos pelo CADE implica na aprovação tácita do ato de concentração econômica. A Lei prevê que o controle dos atos de concentração deverá ser realizado em, no máximo, 240 dias. ▪ A celebração de termo de compromisso poderá ser proposta até o encerramento da instrução do processo administrativo relativo à prática investigada. Pelo termo de compromisso, a empresa se compromete a não praticar os atos objeto da investigação. | <p>A matéria poderá ser judicializada pois a legislação já oferece mecanismos menos gravosos e aptos a apurar as responsabilidades pelo eventual desrespeito aos prazos estabelecidos em lei.</p> <p>Os dispositivos restringem a possibilidade de celebração de acordos à etapa de instrução dos processos, limitando indevidamente um instrumento relevante para atuação do Tribunal na prevenção e na repressão às infrações contra a ordem econômica.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|--------------------------------------|---|--|
| <p>PLC 06/2009 (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência)</p> <p><i>Continuação...</i></p> | <p>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.</p> | <p>33/2011 (10 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Antes de impugnar a operação, a Secretaria-Geral do CADE poderá negociar acordo com os interessados, mediante os seguintes requisitos: 1) uma vez negociado o acordo, minuta de seu inteiro teor deverá ser disponibilizada para consulta pública por prazo não inferior a 10 (dez) dias; 2) obrigatoriedade de cláusulas necessárias à eliminação dos efeitos nocivos à ordem econômica. As disposições da Lei aplicam-se aos atos ou fatos pretéritos pendentes de julgamento pelos órgãos integrantes do SBDC. Em até 1 (um) ano da entrada em vigor da Lei, as requerentes poderão requerer ao Tribunal, no ato de notificação de ato de concentração, a imediata concretização da operação | <p>A matéria poderá ser judicializada pois os dispositivos restringem a possibilidade de celebração de acordos à etapa de instrução dos processos, limitando indevidamente um instrumento relevante para atuação do Tribunal na prevenção e na repressão às infrações contra a ordem econômica.</p> <p>O dispositivo extrapola a Constituição ao impor a reavaliação de todos processos e atos em tramitação ou já em fase de execução no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, contrariando inciso XXXVI do mesmo dispositivo, que assegura o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.</p> <p>A matéria poderá ser judicializada pois a redação do dispositivo posterga a aplicação do novo Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ao permitir a aplicação continuada da norma anterior, atrasando a efetivação do mecanismo de análise prévia dos atos de concentração econômica.</p> |

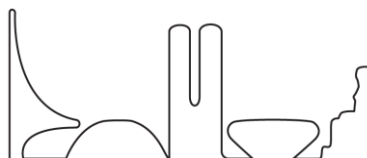


| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|--------------------------------------|---|---|
| <p>PLC 06/2009 Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência</p> <p><i>Continuação...</i></p> | <p>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.</p> | <p>33/2011 (10 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Instituição da taxa de serviços, tendo como fato gerador os seguintes serviços prestados pelo Cade: a) serviço de reprografia de peças processuais, legislação ou jurisprudência por folha reproduzida; b) distribuição da Revista de Direito Econômico. No inquérito administrativo, a Superintendência-Geral poderá exercer quaisquer dos poderes instrutórios conferidos à Procuradoria Federal junto ao CADE. Acrescenta à Lei 8.137/90, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, o art. 16-A, qual seja: "Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a ordem econômica previstos no caput e nos arts. 5º e 6º desta Lei". Os recursos financeiros destinados ao CADE serão recolhidos ao Tesouro Nacional; O superávit financeiro poderá ser utilizado no custeio de despesas de manutenção e funcionamento do CADE. | <p>A matéria poderá ser judicializada pois serviços mencionados no dispositivo não se enquadram na previsão do art. 77 do Código Tributário Nacional, devendo ser remunerados por preço, cuja definição poderá ser feita em sede administrativa.</p> <p>Não deverá causar nenhum impacto pois o dispositivo equivocadamente faz remissão ao art. 15 do projeto de lei, que se refere às atribuições da Procuradoria-Geral. O veto não prejudica a atuação da Superintendência-Geral, uma vez que suas competências estão previstas no art. 13 da Lei.</p> <p>A matéria poderá ser judicializada pois o dispositivo faz referência aos arts. 5º e 6º da Lei 8.137/90, que, no entanto, estão sendo expressamente revogados pelo art. 127 do próprio projeto de lei.</p> <p>O dispositivo contraria o princípio da unidade de tesouraria, que orienta a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União.</p> |



Telecomunicações

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|--------------------------------------|--|---|
| <p>PL 2576/00 - PLC 31/08</p> <p>Emissão de ondas eletromagnética</p> <p><i>Transformada na Lei: 11.934/09</i></p> | <p>Dispõe sobre limites da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.</p> | <p>15/2009 (07 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O Conselho Gestor do FUNTTEL deverá consultar a Anatel e a Aneel para aplicação de recursos para projetos de pesquisa sobre a exposição a campos elétricos. ▪ Determina que 1% do FISTEL (fundo de fiscalização) seja alocado para atividades a serem executadas pela ANATEL, a ser regulamentada posteriormente. | <p>Parte do recolhimento do FUNTTEL é relativo a receita bruta das operadoras de telecomunicações. Contudo, alterar o destino de aplicação dos recursos não causa impacto, uma vez que o fundo foi instituído para investimentos em pesquisa no setor.</p> <p>O FISTEL tem por objetivo cobrir despesas de maiores investimentos para fiscalização do setor de telecomunicações. Dessa forma, determinar percentual mínimo para a ANATEL, não apresenta impactos para as empresas que contribuem com o fundo.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|---------------------------|---|---|
| PLC 116/10 Lei do SeAC Transformada na Lei: 12.485/11 | Dispõe sobre o serviço de acesso condicionado – nova lei da televisão por assinatura. | 24/2011 (02 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> As prestadoras dos serviços de televisão por assinatura deverão disponibilizar atendimento telefônico gratuito ou com tarifação local. Além disso, deverão ofertar atendimento pessoal durante o horário comercial, com condições a serem estabelecidas por meio de regulamentação. | O Decreto do SAC (6.523/08) assegura que as prestadoras prestem atendimento telefônico gratuito ao consumidor. Contudo, com a derrubada do veto, as empresas deverão instalar postos de atendimento presencial nas localidades abrangidas, cabendo a regulamentação definir os critérios. |

Trabalhista

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|-------------------------|--|---|
| PLC 84/09 Trabalho Avulso Transformada na Lei: 12.023/2009 | Trata das atividades de movimentação de mercadorias em geral e sobre o trabalho avulso. | 40/2009 (1 dispositivo) | <ul style="list-style-type: none"> Permite ao Poder Executivo alterar as categorias de trabalhadores abrangidas por essa norma. (Art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 12.023/2009) | O Poder Executivo poderá alterar, acrescentar ou diminuir as categorias abrangidas pela Lei, fato que poderá causar insegurança jurídica e ônus para as empresas. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|---------------------------------|--|--|
| PLC 286/09 Prêmio por desempenho (MP 472/09) | <p>Dispõe sobre os aspectos trabalhista, previdenciário e tributário das quantias espontaneamente pagas pelas empresas a seus empregados a título de prêmio por desempenho.</p> <p>Determina a periodicidade para a concessão do prêmio, estabelece que o valor não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário, e prevê a possibilidade de a pessoa jurídica apurar o lucro real deduzir, como despesa operacional, as participações nos lucros os prêmios por desempenho atribuídos aos empregados e/ou terceiros. O projeto proíbe a concessão de prêmios na forma de pecúnia, autorizando apenas a concessão de bens e serviços ao empregado.</p> | <p>19/2010 (Veto total)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Veto Total | <p>Altera a base de cálculo dos tributos e dos encargos trabalhistas das empresas.</p> <p>Estimula a concessão de prêmios (em forma de bens ou serviços) por participação nos lucros, uma vez que desonera esse tipo de remuneração.</p> <p>Desestimula a participação nos lucros sob a forma pecuniária ao instituir premiação por bens e serviços.</p> |
| PLC 32/01 Jornada dos Motoristas Profissionais | <p>Altera dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro para limitar o tempo ininterrupto de direção do motorista de caminhão ou ônibus trafegando em rodovia.</p> | <p>26/2009 (Veto total)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Na redação proposta, a fiscalização dos tempos de direção e de descanso pelos agentes de trânsito restringiria às rodovias, ou seja, em vias pavimentadas, não abrangendo as vias não pavimentadas. Inexistência de especificações de como será o controle dos tempos de direção e de descanso dos motoristas, pois não há exigência do cronotacógrafo. | <p>A fiscalização dos tempos de direção e de descanso dos motoristas será realizada em vias pavimentadas e não pavimentadas a partir do cronotacógrafo.</p> |



Energia

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|---------------------------------------|--|--|
| <p>PLS 448/11 Royalties de Petróleo</p> <p><i>Transformada na Lei: 12.734/12</i></p> | <p>Trata das novas regras de repartição de recursos dos royalties de petróleo advindos da exploração sob o regime de concessão e da partilha.</p> | <p>38/2012 (140 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> A não participação dos Estados e Municípios produtores no Fundo Especial, nos casos em que já tenham recebido valores referentes aos royalties de produção. (Itens 1, 3, 4 e 5 das alíneas "d" e "e" dos incisos I e II e § 4º do art. 42-B da Lei 12.351/10; e Art. 42-C da referida Lei, inseridos pelo art. 2º do PL) Imposição de limites máximos para o recebimento de valores referentes aos royalties. (Parágrafos 1º e 2º do art. 42-B da Lei 12.351/10, inserido pelo art. 2º do PL) Compensações financeiras aos municípios que sediem pontos de entrega de gás natural. (§3º do art. 42-B da Lei 12.351/10, inserido pelo art. 2º do PL) Alterações às regras de distribuição dos royalties de contratos de concessão em vigor. (art. 3º e 4º do PL) | <p>A matéria poderá ser judicializada. Além disso, poderão ser instituídas novas taxas para compensar a perda dos estados produtores com as novas regras.</p> |
| <p>PLC 90/07 Lei do Gás</p> <p><i>Transformada na Lei: 11.909/09</i></p> | <p>Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, bem como sobre as atividades de tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.</p> | <p>10/2009 (01 dispositivo)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Impede que seja delegada à ANP a competência de analisar, aprovar ou reprovar atos societários com base em critérios concorrenciais, tendo em vista ser este tipo de análise de competência dos órgãos do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. | <p>Poderá ser criado um conflito de competências entre a ANP e o Ministério da Justiça o que poderia resultar em uma insegurança jurídica para as empresas do setor.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|------------------------------|---|--|
| PLC 7/10 Pré-sal – Regime de Partilha Transformada na Lei: 12.351/10 | Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos. | 39/2010 (07 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Impede que 50% dos recursos resultantes do retorno de capital do Fundo Social, fossem aplicados obrigatoriamente em programas direcionados ao desenvolvimento da educação pública, básica, superior, sendo o mínimo de 80% para educação básica e infantil. Novas regras de repartição dos recursos dos royalties de petróleo. (Emenda Ibsen Pinheiro) | A MP 592/2012 inclui na Lei 12.351/70 dispositivo parecido ao vetado: determinando que os mesmo 50% sejam aplicados em educação, contudo na forma do regulamento. |
| PLC 8/10 Cessão Onerosa Transformada na Lei: 12.276/10 | Autoriza a União a ceder onerosamente à PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos de que trata o inciso I do art. 177 da Constituição Federal. | 21/2010 (03 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Desautoriza que a Petrobras possa fazer o pagamento à União do que é devido nos contratos de cessão onerosa, por meio da devolução de áreas sob contratos de concessão relativos a campos terrestres em desenvolvimento ou em produção | Favorecimento de empresas independentes de pequena e médio porte, tendo em vista que, caso a devolução de campos terrestres fosse aceita como pagamento, estes seriam licitados novamente pela União com participação exclusiva dessas empresas. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|---|--------------------------------------|---|---|
| <p>PLV 3/09</p> <p>Fundo de Garantia Empreendimento Energia Elétrica</p> <p><i>Transformada na Lei: 11.943/09</i></p> | <p>Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE; dispõe sobre a utilização do excesso de arrecadação e do superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional; autoriza a União a repassar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES recursos captados junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD.</p> | <p>18/2009 (03 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Evita que seja estendido o conceito de novos empreendimentos de geração, o que poderia alterar a lógica dos leilões realizados pelo Ministério de Minas e Energia para atendimento da demanda das distribuidoras de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Impede a criação de preferencia nas autorizações para produção independente e autoprodução de energia, às empresas com controle societário direto ou indireto que tenha maioria de capital nacional. | <p>Poderia criar condições anti-isonômicas entre empreendimentos novos e empreendimentos já amortizados, prejudicando a concorrência nos leilões, bem como entre produtores independentes e autoprodutores nacionais e internacionais nos pedidos de autorização.</p> |
| <p>PLV 21/11</p> <p>Política Nacional de Combustíveis</p> <p><i>Transformada na Lei: 12.490/11</i></p> | <p>Dispõe sobre a Política Nacional de Combustíveis e Reestruturação da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT).</p> | <p>26/2011 (09 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> O dispositivo beneficiava os biocombustíveis ao determinar que fosse garantida sua competitividade nas decisões de aumento ou redução das alíquotas dos combustíveis ; Impede que seja garantida a realização de leilões por dez anos para compra de energia de empreendimento que utilizem a biomassa para geração de energia; Criava uma linha de crédito especial do BNDES para indústria sucroenergética. | <p>Concessão de incentivos a indústria sucroenergética, sobretudo com relação ao beneficiamento dos biocombustíveis frente aos combustíveis fósseis e reserva de mercado para compra de energia elétrica de empreendimentos a partir da biomassa.</p> |



Logística

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|--------------------------------------|---|--|
| PLS 448/09 Transporte rodoviário de cargas Transformada na Lei: 12.667/2012 | <p>Altera dispositivo da Lei 11.442/07, que dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração.</p> | <p>20/2012 (1 dispositivo)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do Registro Nacional para os Transportadores Rodoviários de Produtos Perigosos (RNTRPP) pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), em articulação com o órgão ambiental federal. | <p>A empresa deverá proceder a novo registro perante a ANTT. Entretanto, existe o Registro Nacional de Transporte Rodoviário de Cargas (RNTRC) que já trata dessa questão.</p> |
| PLC 319/09 Estatuto do Motorista Profissional Transformada na Lei: 12.619/2012 | <p>Dispõe sobre a profissão de motorista.</p> <p>Revoga a competência da Justiça Comum para julgar ações oriundas dos contratos de transporte de cargas.</p> | <p>14/2012 (21 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exclui da categoria de motorista profissional os operadores de trator de roda, de esteira ou misto ou equipamento automotor e/ou destinado à movimentação de cargas e o transporte executado por motoristas como categoria diferenciada que, de modo geral, atuem nas diversas atividades ou categorias econômicas. | <p>Definição de motorista profissional: Os motoristas autônomos serão incluídos na categoria de motorista profissional.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|--|---|--|
| <p>PLC 319/09</p> <p>Estatuto do Motorista Profissional</p> <p>Transformada na Lei: 12.619/2012</p> <p>Continuação...</p> | <p>Dispõe sobre a profissão de motorista.</p> <p>Revoga a competência da Justiça Comum para julgar ações oriundas dos contratos de transporte de cargas.</p> | <p>14/2012 (21 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Acúmulo de descanso semanal dos motoristas, desde que não ultrapasse 108 horas, devendo, pelo menos ser uma vez ao mês e coincidir com o domingo. Pagamento (indenizatório) de pernoite ao motorista que esteja fora da base da empresa, matriz ou filial, ou de sua residência, caso não seja disponibilizado dormitório pelo empregador, pelo embarcador ou pelo destinatário. Pagamento (indenizatório) de pernoite ao motorista que esteja fora da base da empresa, matriz ou filial, ou de sua residência, caso não seja disponibilizado dormitório pelo empregador, pelo embarcador ou pelo destinatário. Controle rigoroso do tempo de direção pelo condutor do veículo, mediante anotação em diário de bordo ou por equipamento registrador de velocidade. Aplicação da suspensão do direito de dirigir quando o motorista infrator atingir a contagem de 30 pontos. Exigência às concessionárias rodoviárias de construírem pontos de parada em intervalos menores que 200 km entre si nas vias concessionadas. | <p>Acúmulo de descanso semanal dos motoristas: matéria inconstitucional. Caso o veto seja derrubado, é possível questionamento judicial.</p> <p>Pagamento (indenizatório) de pernoite ao motorista: aumenta as despesas da empresa. Caso o veto seja mantido, será prejudicial ao empregado e ao erário, pois afasta a incidência de tributos e encargos ao valor que integra a remuneração do trabalhador.</p> <p>Controle do tempo de direção pelo motorista: permite que os simples registros manuais sirvam de instrumento probatório.</p> <p>Construção de pontos de parada pelas concessionárias: possibilidade de ocorrer aumento de tarifas cobradas nos pedágios.</p> |



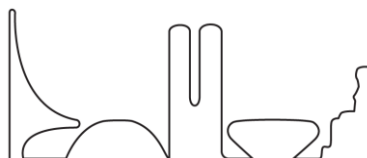
| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|--------------------------------------|--|--|
| <p>PLC 319/09 Estatuto do Motorista Profissional</p> <p>Transformada na Lei: 12.619/2012</p> <p>Continuação...</p> | <p>Dispõe sobre a profissão de motorista.</p> <p>Revoga a competência da Justiça Comum para julgar ações oriundas dos contratos de transporte de cargas.</p> | <p>14/2012 (21 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Responsabilidade solidária com o transportador de determinados agentes mencionados no §7º, com exceção feita àqueles identificados como embarcadores e/ou passageiros, pelas obrigações civis, criminais e outras previstas em lei, decorrentes da inobservância dos horários de descanso dos motoristas. Início da vigência das disposições referentes ao tempo de direção dos motoristas (art. 5º), após 180 dias da publicação da Lei 12.619/12. | <p>Responsabilidade solidária com o transportador: a empresa responsabiliza-se pelas obrigações civis, criminais e outras legais pela inobservância dos horários de descanso dos motoristas.</p> <p>Vigência das disposições do tempo de direção dos motoristas: O CONTRAN já estabeleceu o início da fiscalização punitiva dos tempos de direção e descanso desses profissionais.</p> |

Social

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|--------------------------------------|--|---|
| <p>PLC 140/09</p> <p>Locação de Imóveis</p> <p>Transformada na Lei: 12.112 de 2009</p> | <p>Altera procedimentos e normas para locação de imóvel urbano</p> | <p>58/2009 (09 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Equipara-se à cessão da locação qualquer negócio jurídico que importe na transferência do controle societário do locatário pessoa jurídica em locações não residenciais, (art. 13 da Lei no 8.245 de 1991) | <p>O contrato de locação firmado entre locador e pessoa jurídica guardará relação de dependência com a estruturação societária da pessoa jurídica locatária. Isso poderá dificultar operações societárias de transferência de cotas sociais ou ações de sociedades empresárias.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|------------------------------|---|--|
| PLS 10/00 Acomodações para fumantes e não-fumantes | Obriga hotéis, albergues, pousadas e outros meios de hospedagem em todo o País a reservar acomodações e áreas para hóspedes não fumantes. | 25/2010 | <ul style="list-style-type: none"> Veto total | Caso o veto seja derrubado, a insegurança jurídica poderá ser gerada em virtude do conflito com a atual legislação (Lei 9297/96) que proíbe que se fume em recintos fechados. |
| PLC 194/09 Regulação de atividades comerciais Transformada na Lei: 12.246 de 2010 | Regula as atividades dos representantes comerciais autônomos, para dispor sobre fixação do valor das anuidades, taxas e emolumentos devidos pelos profissionais a categoria e pelas pessoas naturais e jurídicas aos Conselhos Regionais dos Representantes Comerciais em que estão registrados | 10/2010 (05 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Estabelece o pagamento de taxas para registro de pessoas físicas e jurídicas e de taxas por serviços prestados pelos Conselhos Regionais, relativos à emissão de documentos e outros (art. 10 da Lei nº 4.886/1965) Obriga 'representantes comerciais' a se inscreverem no Conselho sob pena de multa (art. 10 da Lei nº 4.886/1965) | <p>Taxas de registro de pessoas físicas e jurídicas passarão a ser cobradas, entrando em contradição com o entendimento firmado com o Fórum dos Conselhos Profissionais (Lei nº 6.463/09) que veda esse tipo de cobrança.</p> <p>Serviços de emissão de documentos também serão cobrados (apesar da definição vaga de "serviços" e "documentos")</p> <p>A definição das pessoas jurídicas que exercem a representação comercial é imprecisa e poderá gerar risco de se interpretar que qualquer pessoa jurídica que exerça atos de comércio estariam obrigadas a se inscrever no Conselho sob pena de multa.</p> |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|------------------------------|--|--|
| PLV 02/11 (MP 503/10) Autoridade Olímpica <i>Transformada na Lei: 12.396/11</i> | Ratifica a criação do consórcio público, previsto pelo protocolo de intenções, que será denominado AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA (APO) | 09/2011 (02 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Possibilita prorrogação, até o final dos jogos olímpicos e paraolímpicos, dos contratos de concessão de uso de áreas aeroportuárias para o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços. | Contratos prorrogados podem conter cláusulas que prejudiquem negócios já firmados. |
| PLC 56/10 Plano Nacional de Cultura - PNC <i>Transformada na Lei: 12.343/10</i> | Institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) e dá outras providências. | 34/2010 (01 dispositivo) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabelece critérios relativos à valorização da diversidade cultural nos mecanismos de avaliação, regulação e gestão dos meios de comunicação, especialmente a internet e os sistemas públicos de rádio e televisão (Item 1.10.2 do Capítulo I - ESTRATÉGIAS E AÇÕES) | Critérios de regulação e gestão da internet e dos meios de comunicação poderão ser regulamentados, sem que necessariamente ocorra debate prévio sobre o assunto. |
| PLV 07/12 (MP 549/11) Isenção de tributos em produtos para pessoas com deficiência <i>Transformada na Lei: 12.649/12</i> | Reduz a zero as alíquotas de contribuição, na hipótese de importação, de produtos direcionados à promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência e dificuldades motoras. Exige rotulagem para identificação da correta aplicação do papel imune estinado à impressão de livros e periódicos; Retira a retenção antecipada do PIS/COFINS em embalagens de bebidas. | 15/2012 (12 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Permite a venda de medicamentos e produtos de higiene pessoal em supermercado, armazém e empório, loja de conveniência e similares; ▪ Trata do valor da contribuição para o PIS/Pasep e COFINS sobre água e preparações para elaboração de bebidas; ▪ Retira a retenção antecipada do PIS/COFINS em embalagens de bebidas. | 1. Produtos de higiene pessoal: aumenta o espaço de comercialização dos produtos dos clientes; 2. Bebidas: Altera a fórmula de cálculo do PIS e COFINS para embalagens e outros de bebidas. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|--------------------------------------|--|---|
| <p>PLS 338/07</p> <p>Oferta de medicamentos excepcionais no SUS</p> <p>Transformada na Lei: 12.401/11</p> | <p>Dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> | <p>11/2011 (03 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Dispõe sobre o processo de incorporação de novas tecnologias no SUS, tratando sobre prazo de análise e impacto econômico dessas incorporações. | <p>O dispositivo permite que medicamentos / produtos sejam incorporados na Lista do SUS com a maior celeridade.</p> |
| <p>PLS 221/2007 - Complementar</p> <p>Emenda 29 - Emenda da Saúde</p> <p>Transforma na Lei Complementar: 141/12</p> | <p>Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo</p> | <p>03/2012 (21 dispositivos)</p> | <ul style="list-style-type: none"> Garantia de recursos adicionais da União para a saúde caso houvesse revisão do valor nominal do Produto Interno Bruto (PIB) | <p>Garantia de mais recursos para a saúde</p> |



Previdência

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|---|------------------------------|---|---|
| MP 415/09 Fator Previdenciário Transformada na Lei: 12.254/10 | Disciplina sobre a aplicação do fator previdenciário. | 12/2010 (02 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> Determina o fator previdenciário será utilizado para cálculo do salário de benefício até 31 de dezembro de 2010; Extingue o fator previdenciário para cálculo do salário de benefício a partir de 1º de janeiro de 2011. | Se for derrubado, o fator previdenciário para cálculo do salário de benefício deixará de existir desde 1º de janeiro de 2011. |

Outros

| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|--|--|-------------------------------|--|---|
| PLC 11/07 Documentação em meio eletromagnético Transformada na Lei: 12.682/12 | Elaboração e arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. | 313/2012 (03 dispositivos) | <ul style="list-style-type: none"> O documento original poderá ser destruído após a digitalização, constatada a integridade do documento digital que poderá ter o mesmo valor probatório do original (Caput, §§1º e 2º do art. 2º da Lei 12.682/12). Os documentos armazenados em meio eletrônico poderão ser eliminados, decorridos prazos de decadência ou prescrição (art. 5º da Lei 12.682/12). Os documentos digitalizados na forma da Lei terão o mesmo valor jurídico dos documentos microfilmados (art. 7º da Lei 12.682/12). | Os documentos digitalizados poderão passar a ter valor jurídicos. |



| Proposição | Assunto | n.º Veto | Principais Temas dos Vetos | Impacto se for derrubado |
|---|--|-------------------------|--|---|
| PLS 91/11 Fuso horário do Acre | Reestabelece os fusos horários dos Estados do Acre, Pará e Amazonas. | 37/2011 (Veto total) | <ul style="list-style-type: none"> A abrangência do segundo fuso (menos 3 horas) passa a abranger parte do Estado do Pará. (Alínea b, do art. 2º do Decreto 2.784/1913). O terceiro fuso (menos quatro horas) passa a compreender parte dos Estados do Pará, Amazonas e Acre (Alínea c, art. 2º do Decreto 2.784/1913). O quarto fuso (menos cinco horas) volta a compreender parte dos Estados do Acre e Amazonas (Alínea e, art. 2º do Decreto 2.784/1913). | Poderá ocorrer mudança de fuso horário e consequente alteração dos horários locais. |

